

Governo recua na reforma da educação

O governo enviou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC-233) que procura fazer uma reforma na Educação. Duas das propostas criaram grande resistência entre reitores, educadores e, principalmente, estudantes universitários.

A primeira “desconstitucionaliza” a autonomia universitária, garantida pela Constituição por um dispositivo considerado auto-aplicável, ou seja, não necessita de regulamentação. A outra abria espaço para cobrança de mensalidades nas universidades públicas para cursos de extensão e especialização, tal como a Residência Médica.

Uma emenda apresentada pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC) pretende abolir a gratuidade do ensino superior brasileiro.

A PEC-233 provocou manifestações em todo o País no último dia 28 de março, as maiores realizadas pelo movimento estudantil desde o impeachment do presidente Fernando Collor. Na semana seguinte, o ministro da Educação recebeu a UNE em audiência, quando a entidade colocou suas reivindicações. O ministro ficou de estudar a mudança da proposta de emenda constitucional.

Terça-feira, foi feita a leitura do relatório na Comissão Especial da Câmara que examina a PEC-233. O governo recuou e retirou da proposta os itens relativos à gratuidade e autonomia das universidades. A UNE comemora. Segundo Orlando Silva Júnior, presidente da UNE, a pressão das mobilizações fez o governo recuar. Mas ele promete: “Vamos continuar atentos para que não aconteça como na Previdência, que no Plenário reverteu todas as mudanças feitas anteriormente”.